inter asset



BIDB11
Relatório Gerencial

Inter infra FIC FI Infra Listado | 3º Trimestre de 2024

Sobre o fundo

Objetivos

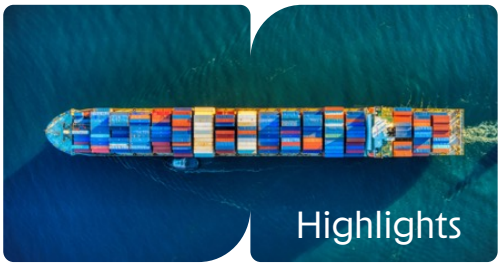
Fundo buscará uma rentabilidade alvo para as cotas que acompanhe os títulos do tesouro indexados à inflação com duration média (prazo médio ponderado) similar à da carteira do Fundo, acrescida de sobretaxa (spread) de 1% (um inteiro por cento) a 1,5% (um inteiro por cento e cinquenta centésimo por cento) ao ano, considerando as distribuições periódicas.

Tributação

Isenção de tributação nos rendimentos apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011

Características

Início do fundo: Setembro 2021
Código B3: BIDB11
Código ISIN: BRBIDBCTF001
CNPJ: 42.294.971/0001-31
Segmento: Infraestrutura
Gestor: Inter Asset
Administrador: Inter DTVM
Público-alvo: Investidor em geral
Taxa de administração: 0,80% a.a.
Retorno-alvo: NTN-B 30 + 1%-1,5% a.a
Taxa de performance: Não há



Highlights

R$188MM
Patrimônio Líquido

14.801
Cotistas

5,0 Anos
Duration da carteira de crédito [2]

45 Emissores
No portfólio [2]

IPCA+7,84%
Carrego da carteira de crédito [3]

R$88,28
Cota Patrimonial [4]

R$1,10/cota
de Distribuição

1,22%
Yield mês [5]

Disclaimer

Fonte: Inter Asset, Inter DTVM, B3

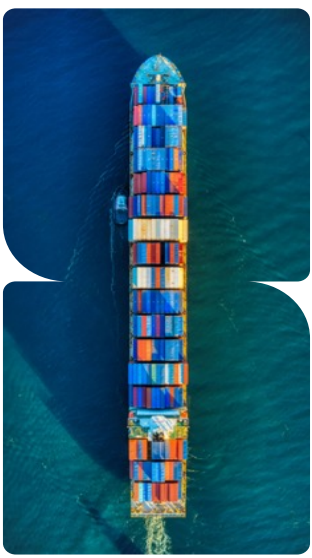
1 - Todas as informações se referem ao fechamento de Setembro, com data-base em 30/09/24.
2 - Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO).
3 - Carrego da carteira de crédito do fundo Master.
4 - Valor sem dedução do montante a ser distribuído em Junho.
5 - Yield calculado com base na cota de mercado no dia 30/09/24.
6 - Prazo dependente das condições de liquidez do mercado secundário.



Comentários de gestão

Nos primeiros dias de outubro, foi liquidada a primeira emissão de debênture incentivada de uma empresa de geração distribuída de energia, sob o novo rito regulatório, definido a partir da publicação do Decreto nº 11.964, em março de 2024, que substituiu a versão anterior que regulamentava as debêntures incentivadas e estabeleceu os critérios e condições para o enquadramento e o acompanhamento dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura.

A emissão teve grande demanda do mercado no procedimento de *bookbuilding* do papel e resolvemos trazer, neste relatório, uma visão geral sobre o segmento de geração distribuída, que tem potencial para ser um emissor frequente na indústria de debêntures incentivadas.



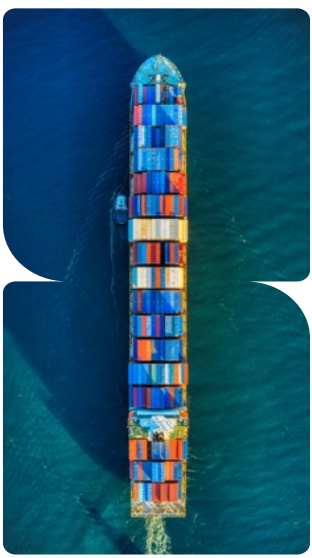
Evolução da geração distribuída no país

A geração distribuída, normalmente denominada como GD, é o termo dado à energia elétrica gerada no local do consumo ou próximo a ele, sendo válida para diferentes fontes de energia renováveis, como a energia solar, eólica, hídrica e biomassa.

A GD pode fazer uso das fontes eólica, solar e biomassa para gerar energia. Por questões de custo e versatilidade, a tecnologia solar fotovoltaica responde por mais de 98% das instalações do segmento no País.

Em 2012, a Aneel publicou a Resolução Normativa 482 que estabeleceu o sistema de compensação de energia elétrica.





Comentários de gestão

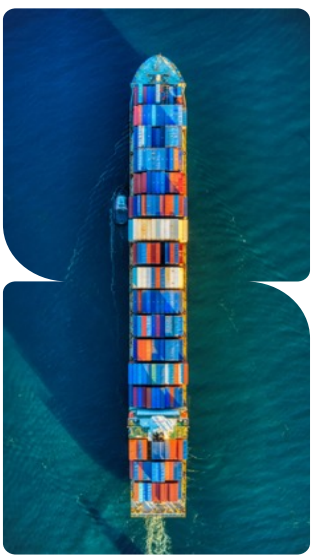
Esse sistema permite que o consumidor injete a energia excedente gerada pelo seu gerador na rede de distribuição. Essa energia injetada gera créditos que podem ser abatidos na conta de luz em até 60 meses. Para incentivar esse tipo de instalação, a regra previa que todo *watt* injetado pelo consumidor fosse compensando integralmente na conta de luz, num sistema 1 para 1, conhecido como paridade tarifária.

Nesse mesmo documento, estabeleceu as condições regulatórias para a inserção da geração distribuída na matriz energética brasileira, criando as definições de microgeração distribuída e minigeração distribuída

Ao longo dos anos, a Resolução Normativa de 2012 passou por aperfeiçoamentos antes de ser convertida no marco legal da GD com a Lei 14.300 de 06/01/2022.

- Em novembro de 2015, a Aneel introduziu melhorias como novos limites de potência, prazo de resposta da distribuidora, padronização de solicitação de acesso, ampliação da validade dos créditos e novas modalidades de GD.
- Em outubro de 2019, a Aneel apresentou proposta de revisão da REN 482, mas foi vista por agentes do setor como extremamente desfavorável ao mercado de energia solar. O texto previa o fim da paridade tarifaria, com a compensação de apenas um percentual do crédito de energia em favor do consumidor (1 para 0,75 ou 1 para 0,5, por exemplo), que variava conforme os cenários propostos. A reação do setor solar a essa proposta levou a elaboração de um projeto de lei para estabelecer um marco legal da GD.





Comentários de gestão

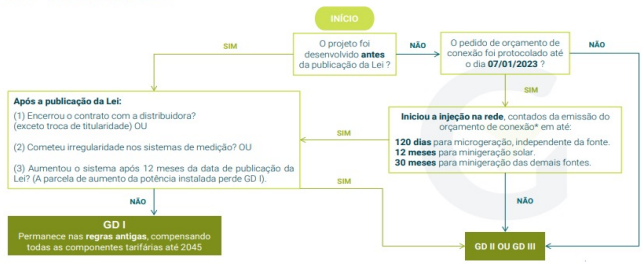
Isso porque uma lei é um instrumento hierarquicamente superior a uma resolução normativa. Um marco legal garantiria segurança jurídica ao mercado, impedindo que mudanças abruptas na regulação afetassem o setor.

O Projeto de Lei foi apresentado em novembro de 2019 e tramitou por 2 anos no Congresso e sofreu várias alterações, até se estabelecer um consenso entre os diferentes agentes do setor elétrico. Foi aprovado na Câmara dos Deputados em agosto de 2021, no Senado em dezembro de 2021 e sancionado em Lei em janeiro de 2022 pelo presidente da República.

As principais mudanças que o marco legal trouxe para o mercado de GD no Brasil se referem ao sistema de compensação de créditos. Uma nova regra tarifária, que leva em conta os custos e benefícios do segmento ao setor elétrico foi definida.

Conforme o marco legal, sistemas já existentes ou que protocolarem solicitação de acesso em até 12 meses após a publicação da lei permanecerão sob a regra de paridade tarifária até 31 de dezembro de 2045. Essa situação é definida como “direito adquirido”.

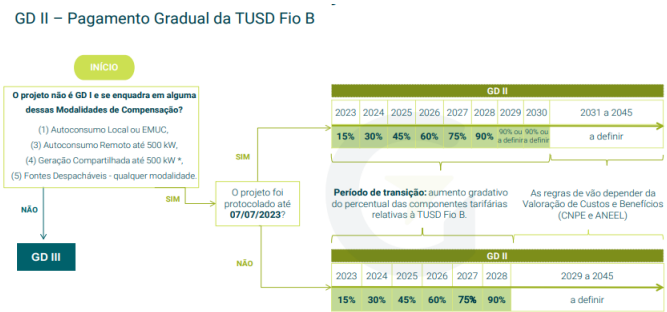
GD I – Direito Adquirido



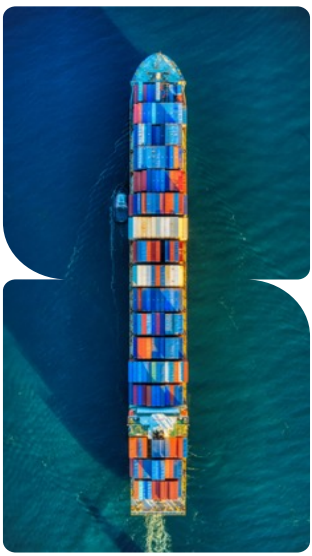


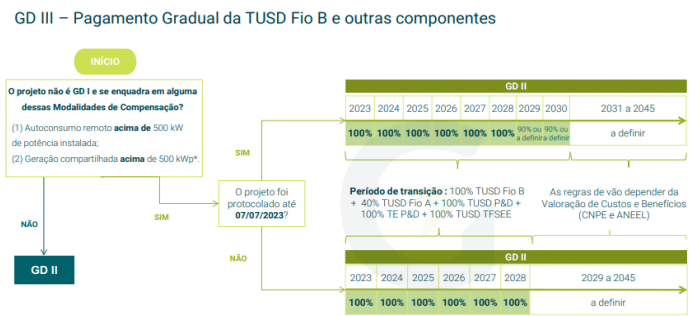
Comentários de gestão

- Projetos que se conectarem entre janeiro e julho de 2023 terão direito a uma transição até 31 de dezembro de 2030.



- Para as unidades consumidoras que se conectarem após 18 meses da aprovação da Lei, a transição termina em 31 de dezembro de 2028.



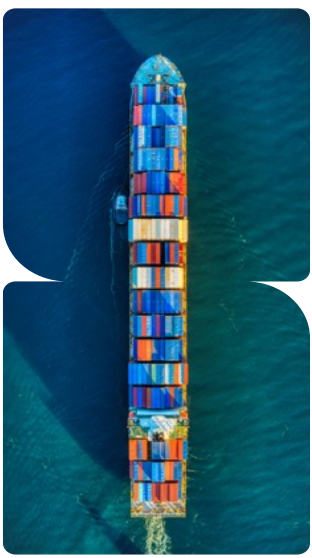


- Nesses dois últimos casos, os projetos serão cobrados por alguns componentes tarifários de forma escalonada, a depender das características do sistema.



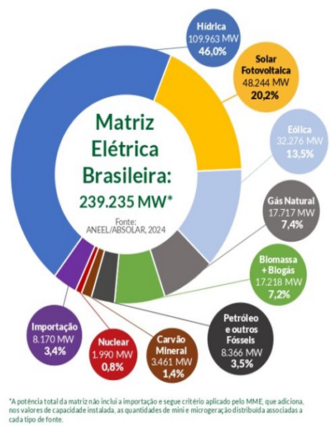
Comentários de gestão

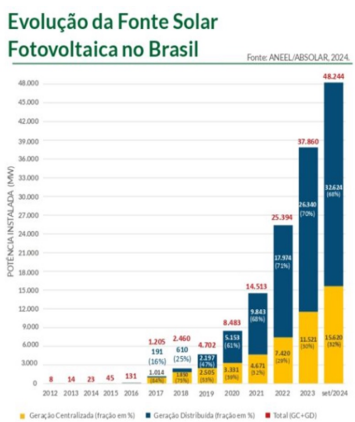
Além dessas alterações, houve mudanças nas classificações das potências das minigerações permitidas (passando de um limite de 5MW para 3MW), na utilização dos créditos (a lei abre a possibilidade de realocar os créditos excedentes para outras unidades consumidoras do mesmo titular na mesma área de concessão) e na unificação de titularidade (permite a geração compartilhada se enquadre como autoconsumo remoto e evita que o projeto pague ICMS).



Tamanho do mercado e perspectivas

Com estas evoluções, o mercado de geração solar fotovoltaica, que era praticamente inexistente em 2016 em termos de potência instalada, já representa 20,2% da matriz energética brasileira (dados da Aneel em setembro de 2024). E deste total, segundo a Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), 68% correspondem ao mercado de geração distribuída.

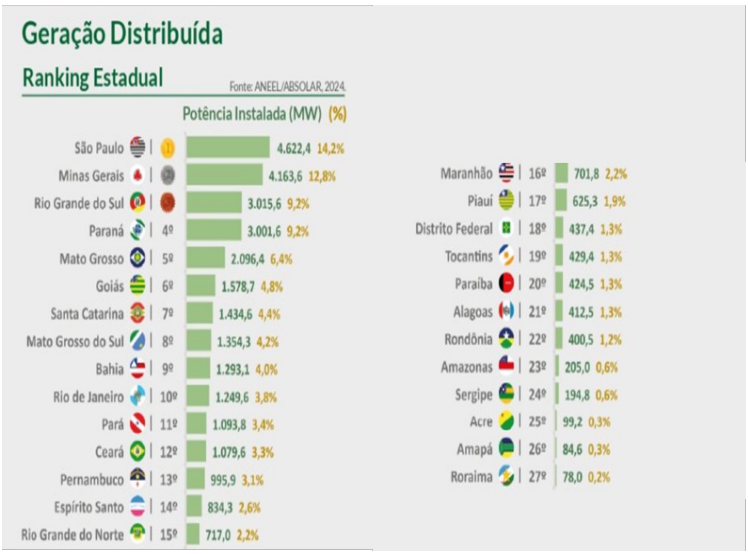


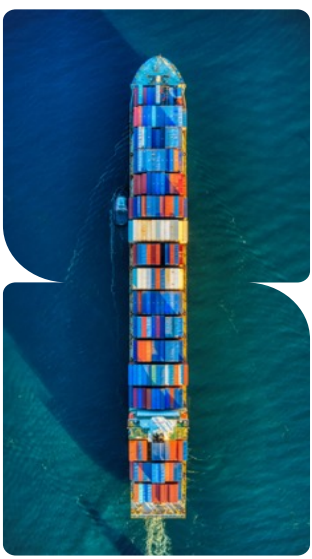




Comentários de gestão

Atualmente, 12 estados do Brasil já superam 1 GW de capacidade instalada de energia na geração distribuída, conforme os dados da Aneel, esse mercado soma quase 33 GW no país, com cerca de 3 milhões de instalações beneficiando mais de 4,2 milhões de unidades consumidoras.

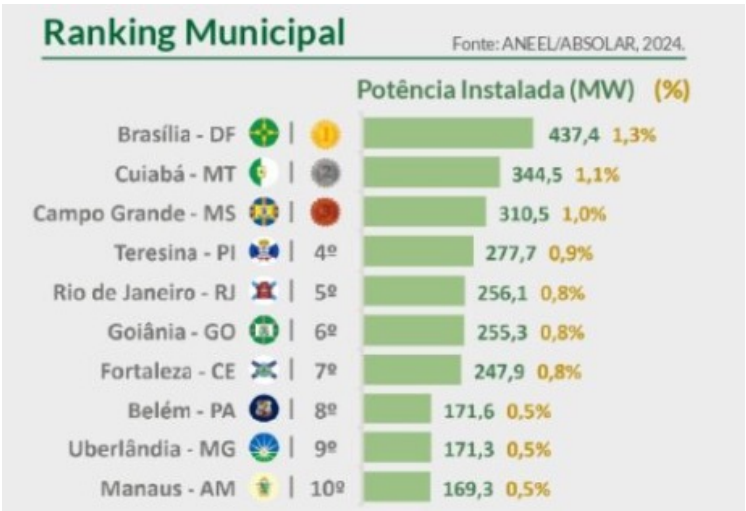


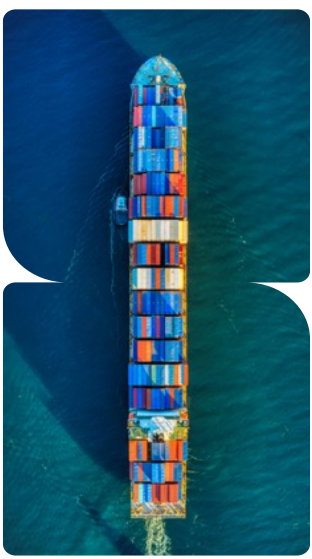


As regiões que mais concentram sistemas de energia solar são Sudeste (10,97 GW), Sul (7,51 GW), Nordeste (6,50 GW), Centro-Oeste (5,55 GW) e Norte (2,43 GW). Entre as cidades, as campeãs na GD solar são Brasília (DF), Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS), com 444 MW, 348 MW e 314 MW de capacidade instalada, respectivamente.

Comentários de gestão







Segundo estudo encomendado pela Absolar e realizado pela consultoria Volt Robotics, o mercado de GD tem potencial para gerar economia líquida na conta de luz da população acima de R$ 84,9 bilhões até 2031.

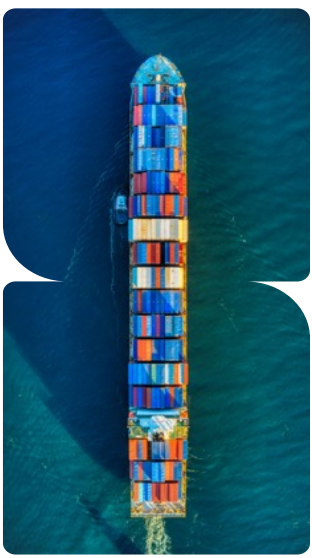
Posicionamento da Inter Asset

Com o destravamento regulatório que insere o segmento de geração distribuída no rol de emissões de debêntures incentivadas, a Inter Asset manterá a forte diligência na análise das companhias e projetos no setor, que deve considerar, principalmente: (i) perfil de crédito dos clientes do projeto, prazo e precificação dos contratos, nível de exposição ao risco de descontratação; (ii) localização dos parques



Comentários de gestão

geradores e qualidade do recurso solar nesta região, histórico de geração e, na ausência deste, estudo solarimético feito por empresa especializada e com boas métricas de previsão de geração; (iii) qualidade dos principais *stakeholders* do projeto, sendo estes os fornecedores dos equipamentos e o prestador do serviço de O&M, e as amarras colocadas nestes contratos; (iv) estágio do projeto, com análise da ausência ou presença de risco de construção; (v) relação *equity* x dívida do projeto e análise da capacidade e interesse dos acionistas de prestarem suporte em cenário de necessidade; (vi) estrutura da emissão, com restrições de realavancagem, distribuição de recursos para os acionistas e ICSD, e qualidade do pacote de garantias.



Referências:

https://www.portalsolar.com.br/noticias/mercado/geracao-distribuida/doze-estados-do-brasil-superam-1-gw-na-geracao-solar-distribuida

https://www.absolar.org.br/mercado/infografico/

https://www.infomoney.com.br/business/geracao-distribuida-acelera-no-brasil-e-aquece-mercado-de-energia-solar/

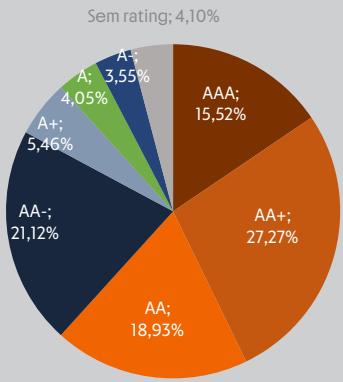
https://www.portalsolar.com.br/geracao-distribuida-de-energia.html

https://www.greener.com.br/estudo/estudo-estrategico-geracao-distribuida-2024/

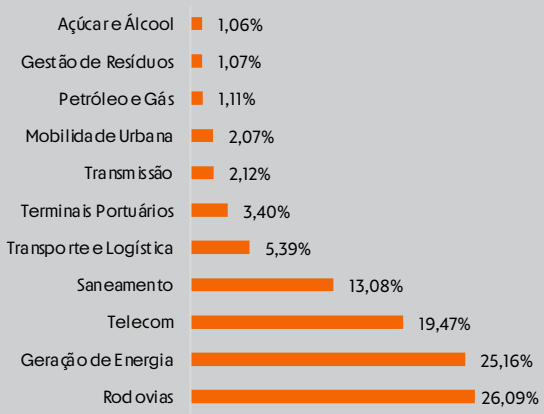
Carteira de Crédito

Ticker	Emissor	Setor	Rating	12.431?	Volume (R$MM)	Peso	Indexador	Duration	Spread NTN-B
AEAB11	AES Cajuína	Geração de Energia	AA-	Sim	3.931.938	2,12%	IPCA	8,20	0,63%
ALGTA4	Algar	Telecom	AA+	Sim	10.992.815	5,94%	IPCA	5,94	0,56%
ANEM11	Anemus	Geração de Energia	AA	Sim	6.955.728	3,76%	IPCA	5,97	0,71%
ANET11	Americanet	Telecom	A+	Sim	1.831.220	0,99%	IPCA	2,23	1,50%
ANET12	Americanet	Telecom	A+	Sim	3.682.412	1,99%	IPCA	3,73	1,71%
APFD19	Fernão Dias	Rodovias	AAA	Sim	1.999.550	1,08%	IPCA	4,00	0,44%
APPSA2	Planalto Sul	Rodovias	AAA	Sim	7.439.782	4,02%	IPCA	4,63	0,70%
ARTRA5	Arteris	Rodovias	AA+	Não	4.111.721	2,22%	CDI	2,67	2,11%
BRST11	Brisanet	Telecom	AA-	Sim	4.888.381	2,64%	IPCA	1,83	0,22%
CAEC21	Cagece	Saneamento	AA-	Sim	2.212.019	1,19%	IPCA	2,93	0,80%
CART13	CART	Rodovias	AA+	Sim	4.410.970	2,38%	IPCA	5,05	0,32%
CBAN32	Rota das Bandeiras	Rodovias	AAA	Sim	1.091.634	0,59%	IPCA	5,48	0,25%
CBAN72	Rota das Bandeiras	Rodovias	AAA	Sim	1.804.013	0,97%	IPCA	5,47	0,44%
CESE32	Celse	Geração de Energia	AAA	Sim	1.093.441	0,59%	IPCA	4,57	0,18%
CJEN13	TESC	Terminais Portuários	A+	Sim	6.330.413	3,42%	IPCA	4,87	1,22%
CLTM14	Via Mobilidade 8/9	Mobilidade Urbana	AA	Sim	3.847.907	2,08%	IPCA	6,77	1,21%
COMR16	Comerc	Geração de Energia	AA-	Não	1.598.028	0,86%	CDI	2,30	1,63%
CPTM15	Ligga	Telecom	A-	Sim	2.938.539	1,59%	IPCA	4,01	5,07%
CRMG15	Nascentes das Gerais	Rodovias	AA	Sim	6.717.124	3,63%	IPCA	3,23	0,96%
ECER12	Ecovias do Cerrado	Rodovias	AAA	Sim	1.103.139	0,60%	IPCA	2,94	0,02%
ENAT14	Enauta	Petróleo e Gás	AA-	Sim	2.072.523	1,12%	IPCA	4,58	1,29%
ERDVB4	Ecorodovias	Rodovias	AA	Sim	1.447.129	0,78%	IPCA	6,52	0,42%
FBRI13	Fibrasil	Telecom	AA-	Sim	7.555.885	4,08%	IPCA	5,71	0,71%
GTSA11	Goias Transmissora	Transmissão	AAA	Não	3.945.355	2,13%	IPCA	4,14	2,05%
HARG11	Araguaia	Rodovias	AAA	Sim	339.650	0,18%	IPCA	5,65	0,44%
HGLB12	Highline	Telecom	Sem rating	Não	2.374.176	1,28%	CDI	1,74	2,85%
HVSP11	Hélio Valgas	Geração de Energia	AA-	Sim	7.930.870	4,28%	IPCA	5,71	0,35%
HZTC14	Orizon	Gestão de Resíduos	AA+	Sim	1.985.717	1,07%	IPCA	4,84	0,77%
IFPT11	Ifin Participações	Saneamento	AA	Não	6.356.968	3,43%	IPCA	4,40	1,81%
IRJS15	IGUA RJ	Saneamento	AAA	Sim	4.795.096	2,59%	IPCA	8,87	1,65%
MTRJ19	Metrorio	Transporte e Logística	AA+	Sim	10.045.401	5,43%	IPCA	3,49	0,71%
POTE11	Potengi	Geração de Energia	AA	Sim	1.542.645	0,83%	IPCA	6,62	0,75%
POTE12	Potengi	Geração de Energia	AA	Sim	1.541.039	0,83%	IPCA	5,96	0,89%
QUAT13	Quatá	Açúcar e Álcool	A	Sim	1.967.622	1,06%	IPCA	4,56	0,58%
RAHD11	Rio Alto	Geração de Energia	AA	Sim	3.533.914	1,91%	IPCA	5,75	2,38%
RATL11	Rota do Atlântico	Rodovias	AA	Sim	2.898.221	1,57%	IPCA	6,06	1,23%
RDVE11	RDVE	Geração de Energia	AA	Sim	4.878.541	2,64%	IPCA	4,76	0,42%
RISP12	Aguas do Rio	Saneamento	AA+	Sim	5.711.936	3,09%	IPCA	5,38	1,11%
RODB11	Rodovias do Brasil	Rodovias	AA	Não	1.438.485	0,78%	CDI	3,46	2,16%
SABP12	Rio Mais	Saneamento	AAA	Sim	5.301.995	2,86%	IPCA	8,60	1,42%
SERI11	Serra do Seridó	Geração de Energia	AA+	Sim	4.767.145	2,58%	IPCA	5,79	0,69%
TBCR18	Transbrasiliana	Rodovias	Sem rating	Sim	5.266.237	2,84%	IPCA	4,04	3,22%
UNEG11	GNA UTE I	Geração de Energia	A	Sim	5.580.988	3,01%	IPCA	7,39	1,52%
VBMT12	MT 246	Rodovias	AA+	Sim	2.063.983	1,11%	IPCA	7,27	1,38%
VERO12	Vero	Telecom	A+	Sim	2.004.168	1,08%	IPCA	3,35	1,80%
VRDN12	ViaRondon	Rodovias	AA-	Sim	5.643.690	3,05%	IPCA	4,90	1,15%
VIMT13	Via Brasil MT 320	Rodovias	AA	Sim	824.865	0,45%	IPCA	5,75	1,96%
VSJH11	Ventos de São Jorge	Geração de Energia	AA-	Sim	3.512.388	1,90%	IPCA	2,37	2,20%

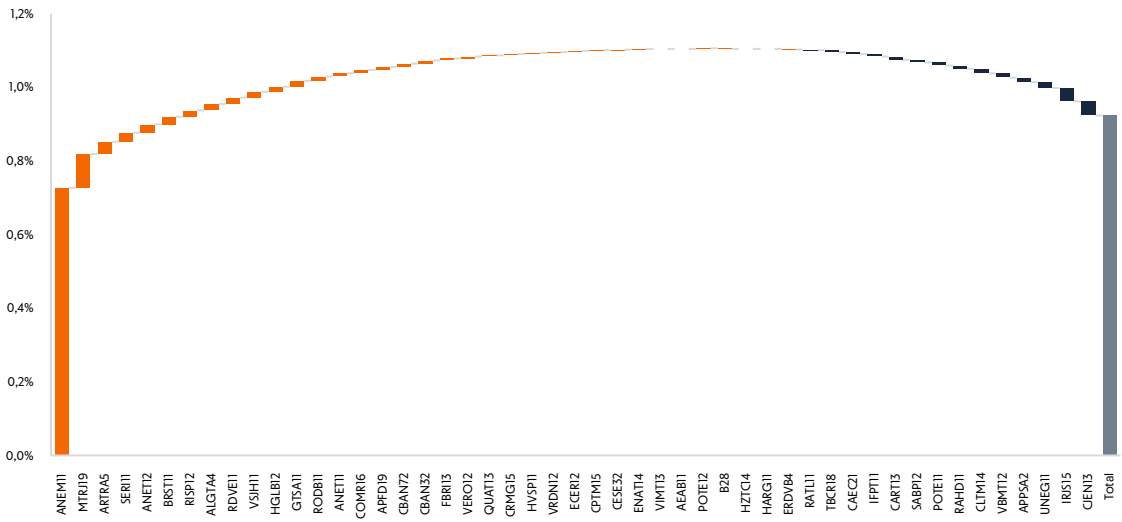
Distribuição por Rating



Distribuição por Setor



Atribuição de Performance



A atribuição mensal considera o resultado percentual em relação ao patrimônio líquido do início do mês segregando o efeito de cada ativo em (i) compra/venda de ativos; (ii) efeito curva; (iii) efeito *spread*; e (iv) efeito carrego. O cálculo do efeito carrego trava o carrego do ativo em relação a marcação a mercado do fechamento do mês anterior.

Atribuição de Performance

Ativos	Impacto de negociação de ativos	Oscilação da curva de juros reais	Oscilação do spread de crédito	Carrego IPCA e juros reais s/ oscilação de crédito	Recebimento de cupom de juros	Total
AEAB11	-0,002%	-0,042%	0,032%	0,013%	0,000%	0,001%
ALGTA4	0,000%	-0,089%	0,061%	0,045%	0,000%	0,017%
ANEM11	0,000%	-0,042%	0,735%	0,033%	0,000%	0,726%
ANET11	0,000%	-0,004%	0,004%	-0,139%	0,148%	0,009%
ANET12	0,000%	-0,016%	0,022%	0,017%	0,000%	0,023%
APFD19	0,000%	-0,009%	0,009%	-0,027%	0,035%	0,009%
APPSA2	0,000%	-0,044%	0,001%	-0,108%	0,139%	-0,012%
BRST11	0,000%	-0,006%	0,007%	-0,057%	0,077%	0,021%
CAEC21	-0,005%	-0,006%	0,003%	0,001%	0,000%	-0,006%
CART13	-0,002%	-0,030%	0,012%	0,013%	0,000%	-0,007%
CBAN32	0,000%	-0,008%	0,012%	0,004%	0,000%	0,008%
CBAN72	0,000%	-0,013%	0,014%	0,007%	0,000%	0,008%
CESE32	0,000%	-0,007%	0,004%	-0,017%	0,021%	0,002%
CJEN13	0,000%	-0,042%	-0,023%	0,027%	0,000%	-0,038%
CLTM14	-0,009%	-0,036%	0,021%	0,013%	0,000%	-0,012%
CPTM15	0,000%	-0,014%	-0,003%	-0,059%	0,078%	0,002%
CRMG15	0,000%	-0,028%	0,002%	0,029%	0,000%	0,003%
ECER12	0,000%	-0,004%	0,002%	0,004%	0,000%	0,002%
ENAT14	0,000%	-0,013%	0,005%	0,009%	0,000%	0,001%
ERDVB4	0,000%	-0,013%	0,007%	0,006%	0,000%	-0,001%
FBRI13	0,000%	-0,059%	0,033%	0,031%	0,000%	0,005%
GTSA11	0,000%	-0,014%	0,009%	0,019%	0,000%	0,014%
HARG11	0,000%	-0,003%	0,000%	0,001%	0,000%	-0,001%
HVSP11	0,000%	-0,062%	0,033%	0,032%	0,000%	0,003%
HZTC14	0,000%	-0,013%	0,004%	0,008%	0,000%	0,000%
IFPT11	0,000%	-0,079%	0,026%	-0,234%	0,281%	-0,007%
IRJS15	0,000%	-0,056%	-0,002%	0,022%	0,000%	-0,036%
MTRJ19	0,000%	-0,044%	0,094%	0,044%	0,000%	0,094%
POTE11	0,000%	-0,014%	-0,001%	0,006%	0,000%	-0,008%
POTE12	0,000%	-0,012%	0,006%	0,006%	0,000%	0,000%
QUAT13	0,000%	-0,012%	0,008%	0,008%	0,000%	0,004%
RAHD11	0,000%	-0,028%	0,000%	0,018%	0,000%	-0,010%
RATL11	0,000%	-0,024%	0,008%	0,013%	0,000%	-0,003%
RDVE11	0,000%	-0,031%	0,028%	0,020%	0,000%	0,017%
RISP12	0,000%	-0,041%	0,034%	0,025%	0,000%	0,018%
SABP12	0,000%	-0,060%	0,029%	0,023%	0,000%	-0,007%
SERI11	0,000%	-0,037%	0,042%	0,020%	0,000%	0,024%
TBCR18	0,000%	-0,028%	-0,002%	-0,179%	0,205%	-0,004%
UNEG11	0,000%	-0,054%	0,013%	0,025%	0,000%	-0,017%
VBMT12	0,000%	-0,021%	0,000%	0,009%	0,000%	-0,012%
VERO12	0,000%	-0,009%	0,004%	-0,039%	0,049%	0,005%
VIMT13	0,000%	-0,006%	0,003%	0,004%	0,000%	0,001%
VRDN12	0,000%	-0,037%	0,016%	0,024%	0,000%	0,003%
VSJH11	0,000%	0,000%	-0,001%	0,017%	0,000%	0,016%
ARTRA5	0,000%	0,000%	0,009%	0,022%	0,000%	0,032%
COMR16	0,000%	0,000%	0,000%	0,008%	0,000%	0,009%
HGLB12	0,000%	0,000%	0,001%	0,014%	0,000%	0,015%
RODB11	0,000%	0,000%	0,005%	0,007%	0,000%	0,013%
B28	0,000%	-0,002%	0,000%	0,002%	0,000%	0,000%
Total	**-0,018%**	**-1,211%**	**1,327%**	**-0,207%**	**1,033%**	**0,9231%**

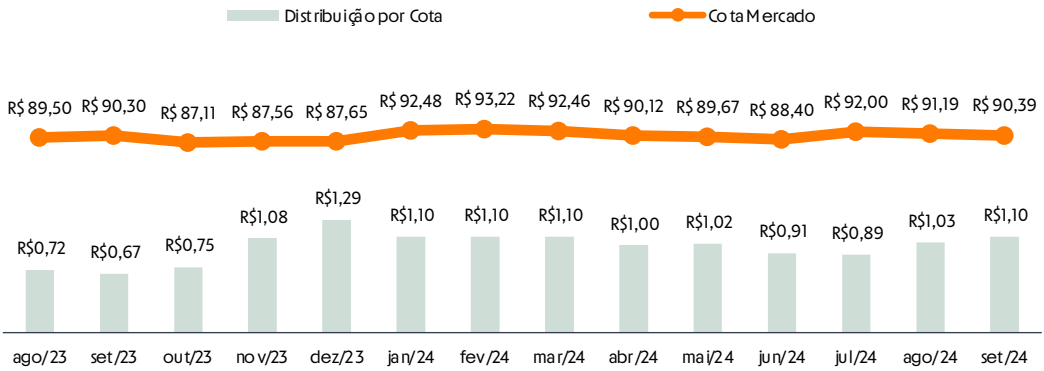
Demonstração de Resultado

	1T23	2T23	3T23	4T23	2023	1T24	2T24	Jul/24	Ago/24	Set/24	3T24
Receitas	**1.691.990,18**	**8.998.547,67**	**2.108.766,97**	**6.024.834,09**	**18.824.138,91**	**4.454.667,29**	**179.977,04**	**3.555.882,62**	**979.656,68**	**1.715.580,17**	**6251119,47**
Ganho com carrego IPCA + juros reais	3.861.278,49	1.166.099,38	837.676,56	(430.628,88)	5.434.425,55	1.947.594,04	(318.965,19)	432.487,27	1.074.860,81	(384.855,74)	1.122.492,34
Ganho com recebimento de cupom de juros	1.192.826,26	2.484.302,93	1.948.230,97	4.043.140,81	9.668.500,97	1.618.734,00	4.663.383,44	1.145.063,11	312.171,25	1.920.264,34	3.377.498,7
Ganho (perda) com oscilação da curva de juros reais	1.107.943,05	4.954.159,87	(2.839.600,45)	2.422.647,07	5.645.149,54	(5.158.474,01)	(6.088.447,07)	1.976.480,24	(135.027,11)	(2.251.587,86)	(410.134,73)
Ganho (perda) com fechamento (abertura) de *spread*	(4.446.158,0)	568.257,11	2.198.915,09	(6.337,87)	(1.685.323,73)	6.049.947,50	1.951.724,30	75.046,18	99.971,82	2.466.110,84	2.641.128,84
Ganho (perda) com negociação de ativos no secundário	(23.899,55)	(174.271,63)	(36.455,20)	(3.987,05)	(238.613,43)	(3.134,24)	(27.718,44)	(73.194,18)	(372.320,09)	(34.351,42)	(479.865,69)
Ajuste DAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa	**26.844,08**	**26.250,97**	**37.935,24**	**34.178,52**	**125.208,81**	**33.457,49**	**121.227,02**	**23.639,19**	**7.421,43**	**46.971,22**	**78031,84**
Resultado bruto	**1.718.834,26**	**9.024.798,64**	**2.146.702,21**	**6.059.012,61**	**18.949.347,72**	**4.488.124,78**	**301.204,06**	**3.579.521,81**	**987.078,11**	**1.762.551,39**	**6329151,31**
Taxa de administração	(253.881,96)	(247.027,45)	(267.644,88)	(251.467,95)	(1.020.022,24)	(254.658,72)	(396.678,57)	(143.922,12)	(143.104,09)	(131.048,48)	(418.074,69)
Outras despesas	(94.812,27)	(87.789,31)	(95.845,11)	(93.771,93)	(372.218,62)	(111.334,41)	(135.121,29)	(35.444,19)	(32.540,01)	(19.711,53)	(87.695,73)
Repasses e despesas Follow On							(2.121.399,93)	-	-	-	-
Ajuste	(743,13)	(0,16)	(0,01)	-	(743,30)	-	(2.205,19)	-	(24.338,51)	(24.338,51)	(48.677,02)
Resultado líquido	**1.369.396,90**	**8.689.981,72**	**1.783.212,21**	**5.713.772,73**	**17.556.363,56**	**4.122.131,65**	**(2.354.200,92)**	**3.400.155,50**	**787.095,50**	**1.587.452,87**	**5.774.703,87**
Quantidade de Cotas [12]	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**1.345.099**	**2.099.491**	**2.099.491**	**2.099.491**	**2.099.491**	**6.298.473**
Resultado por Cota [13]	**1,02**	**6,46**	**1,33**	**4,25**	**13,05**	**3,06**	**(1,12)**	**1,62**	**0,37**	**0,76**	**2,75**

Cronograma de Rendimentos e Cota

36ª Distribuição de Rendimentos	
Referência	Setembro
Data de anúncio	30/09/2024
Data de pagamento	14/10/2024
Distribuição por cota	R$1,10
Cota de mercado no fechamento	R$90,39
Dividend Yield Mês [5]	1,22%

* De acordo com o Capítulo VIII do Regulamento do fundo Inter Infra FIC - BIDB11, o fundo incorpora todos os resultados em seu patrimônio líquido diário e, por isso, as distribuições de rendimentos aos cotistas serão feitas regularmente. A distribuição anunciada foi calculada a partir dos **juros recebidos das debêntures incentivadas pelo fundo no mês**, além da **antecipação do pagamento da correção monetária da carteira de crédito pelo IPCA mensal**. O gestor buscará realizar as **distribuições periódicas mensalmente**.



Data-base: 30/09/24 | Fonte: B3 | [5] Yield calculado com base na cota de mercado no fechamento|. [10] Cota a valor de mercado no último dia útil do mês.

Mercado

Cota Patrimonial vs Cota Mercado[8]

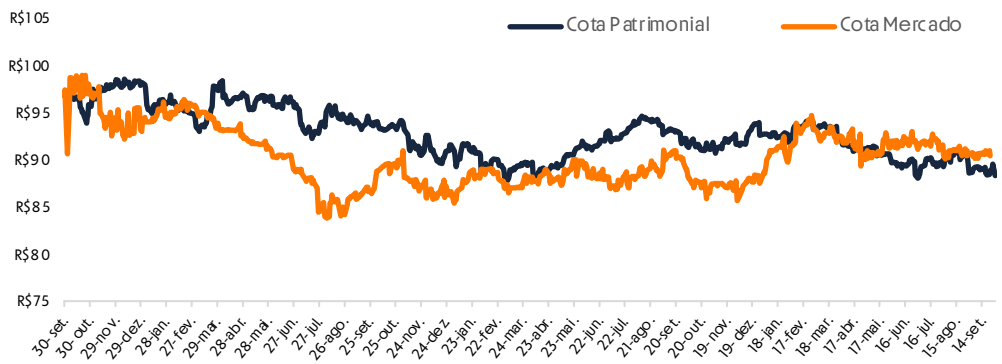


Tabela de precificação

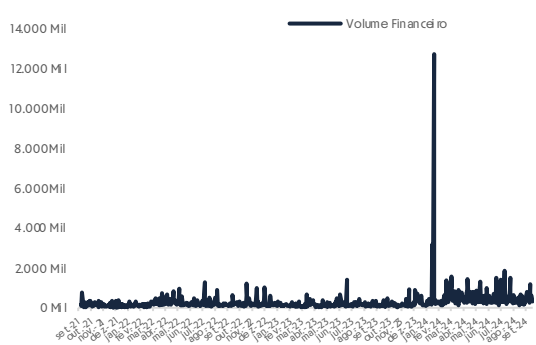
Líquida de Custos e Isenta de IR para PF [9]

Preço da Cota de Mercado	Taxa Equivalente (IPCA +)
R$ 85,00	7,48%
R$ 86,00	7,27%
R$ 87,00	7,07%
R$ 88,00	6,86%
R$ 89,00	6,66%
R$ 90,00	6,46%
R$ 91,00	6,27%
R$ 92,00	6,07%
R$ 93,00	5,88%
R$ 94,00	5,69%

Exercício considerando a cota patrimonial do fechamento.

Volume de Cotas Negociadas na B3

Líquida de Custos e Isenta de IR para PF [9]



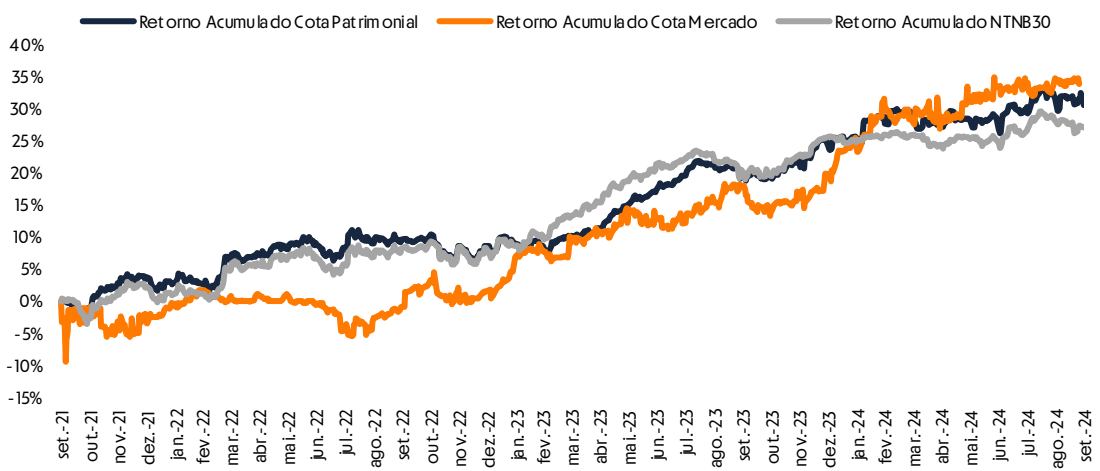
Rentabilidade

Considerando as distribuições no período

R$ 190 Milhões
Market Cap em 30/09/24

102,39 %
P/VPA* em 30/09//24
* Cotas não ajustadas pelos rendimentos.

		29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40		
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	ACUM.[1]
2024	Cota Patrimonial	0,52%	2,74%	0,35%	-0,71%	-0,06%	-0,29%	1,99%	0,24%	0,79%				5,66%	30,65%
	Cota Mercado	7,06%	4,34%	-0,84%	1,51%	1,23%	1,12%	-0,12%	-0,88%	0,25%				14,25%	33,87%
	NTNB-30	-0,37%	0,57%	0,02%	-1,71%	1,41%	-0,70%	1,78%	0,68%	-0,54%				1,09%	27,03%
2023	Cota Patrimonial	0,29%	-0,47%	1,41%	1,21%	3,53%	2,49%	1,62%	0,62%	-0,80%	-0,53%	1,43%	2,27%	13,78%	23,64%
	Cota Mercado	3,27%	4,04%	1,11%	1,20%	2,73%	-0,34%	-1,12%	3,12%	1,64%	-2,70%	1,76%	0,10%	15,61%	17,18%
	NTNB-30	0,34%	1,23%	3,11%	1,68%	3,04%	2,27%	0,57%	-0,35%	-1,59%	-0,02%	2,46%	2,29%	15,98%	25,67%



Com base na cota patrimonial ajustada, que considera a valorização dos ativos que compõem a carteira e incorpora os valores distribuídos no período, o fundo BIDB11 obteve uma rentabilidade superior a seu benchmark (NTNB30) desde sua criação, há 37 meses.

Considerando o preço de negociação das cotas, a rentabilidade pode divergir e não acompanhar o *benchmark*. Isso porque, sendo o Inter Infra FIC um fundo listado em bolsa, a cota de mercado depende também de fatores de mercado (oferta e demanda), e não reflete necessariamente a qualidade da carteira de crédito (representado pela cota patrimonial).

Data-base: 30/09/2024 | 8 Início das negociações do fundo: 06/10/2021 | 9 Exercício foi feito com base na carteira do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, que alocada seus recursos no INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP de CNPJ 41.953.322/0001-32, com carteira apresentada anteriormente. | 12 Exercício feito usando a rentabilidade final somado às distribuições do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO (BIDB11) como base. Houve mudança na metodologia de cálculo: A distribuição passou a ser adicionada no terceiro dia útil de cada mês (data de impacto na cota patrimonial), e no último dia útil para a cota de mercado.

Descrição dos ativos

2WEnergia

ANEM11

O Complexo Eólico Anemus Wind é composto por três parques eólicos, no Estado do Rio Grande do Norte. Com capacidade instalada de 138,6 MW, o parque vendeu energia em PPAs de médio prazo no mercado livre. O perfil dos clientes é pulverizado, com exceção do PPA da Copel e da Weg. A emissão contará com fiança bancária do BTG e do Sumitomo até finalização do projeto. Após o completion, contará com as garantias usuais de projeto, como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

arteris Planalto Sul

APPSA2

A Planalto Sul é uma concessão federal responsável pela operação de 412,7 km da rodovia BR116. A concessão engloba 17 municípios entre a capital paranaense até a divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seu contrato foi assinado em fevereiro de 2008 e possui vigência de 25 anos, até fevereiro de 2033. A concessão é 100% controlada pelo grupo Arteris, uma das maiores empresas que operam rodovias pedagiadas no Brasil, contando com duas concessões estaduais em São Paulo e cinco federais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, totalizando 3.200 quilômetros administrados. A operação possui rating AAA pela S&P e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos direitos creditórios da concessão e a fiança da Arteris.

CART

CART13

A Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) detém a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 km entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo. O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá. O contrato de concessão possui vencimento previsto em 2039, na qual a Companhia já cumpriu com a totalidade das obrigações de investimento de expansão. A Companhia possui como acionistas o Pátria Investimentos, uma das maiores gestoras de investimentos alternativos no Brasil, com mais de R$ 200 bilhões sobre gestão, e o GIC, o fundo soberano do governo de Singapura que possui um portfólio global com cerca de US$ 550 bilhões em ativos sob gestão. A empresa foi finalista do Prêmio Concessionária do Ano em 2020 em 4 categorias, sendo primeira colocada na categoria "Inovação" e segunda colocada nas categorias "Concessionária do Ano", "Eficiência nos Serviços Operacionais" e "Segurança Rodoviária". A operação possui rating AA+, pela S&P, e possui como garantias o penhor de ações da Companhia e a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão.

abnascentes das gerais

CRMG15

A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265. O contrato de concessão, assinado em 2007, possui prazo de vencimento em 2032. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia, na qual a região é característica por forte atividade econômica de setores, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. A Companhia possui como acionista a AB Concessões, holding que possui 3 concessões rodoviárias em seu portfólio e é controlada pelo grupo italiano Mundys, um dos maiores grupos no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de 8.700 quilômetros de rodovias em 11 países A emissão possui rating AA, pela S&P, e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e a fiança da AB Concessões até o completion do projeto.

ecoVIAS DO CERRADO

ECER12

A Concessionária Ecovias do Cerrado é a responsável por administrar a BR-364 e BR-365, desde leilão realizado em 27 de setembro de 2019. A extensão total do lote é de 437 Km, composto por 192,7 Km da BR-364 e 244,3 Km da BR-365. A BR-365 liga Uberlândia, principal cidade do triângulo mineiro, com a divisa de Minas Gerais com Goiás, onde se conecta com a BR-364, que por sua vez possui extensão que vai da cidade de Jatai, em Goiás, até o entroncamento com a BR-365, na proximidade da divisa dos estados. O trecho faz conexão com as rodovias BR-050 e BR-153, e é um importante corredor de escoamento da produção agroindustrial do sudeste goiano e Triângulo Mineiro. A Companhia faz parte do portfólio de ativos da Ecorodovias, a maior operadora de concessões rodoviárias do Brasil em termos de quilômetros administrados, com 4.700 quilômetros sob gestão. A operação possui rating AAA pela S&P e possui fiança da Ecorodovias.

Descrição dos ativos

GTSA11

A Companhia possui a concessão das linhas de transmissão Rio Verde Norte-Trindade, Trindade-Xavantes, Trindade-Carajás e da subestação Trindade até 2040. O projeto entrou em operação comercial em outubro de 2013. A Companhia tem como acionistas controladores Furnas, subsidiária da Eletrobrás (49%), e o Grupo Energia Bogotá - GEB (51%). A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas a cessão fiduciária das ações da Goiás Transmissora e cessão fiduciária dos direitos oriundos dos contratos de concessão.

IFPT11

Holding detentora de 100% das ações PN (32,08% das ações totais) de emissão da Águas de Guariroba. O serviço da dívida das debentures será pago com os dividendos da empresa de saneamento. A Águas de Guariroba possui rating AA (bra) pela Fitch, e já é um ativo maduro, com um atendimento de água de 100% e atendimento urbano de esgoto de 84%. Tem como acionista controlador a AEGEA, maior empresa privada de saneamento privado do país. A emissão tem como garantia as ações PN de emissão da Águas de Guariroba.

CPTM15

A Ligga é uma das maiores provedoras de banda larga no Paraná, resultante da privatização da Copel Telecom em um leilão realizado em outubro de 2020, no qual o vencedor foi o Fundo Bordeaux, veículo de investimento de Nelson Tanure. O valor da operação foi de R$ 2,5 bilhões. A empresa atua no fornecimento de conectividade por meio de banda larga em fibra para B2C e B2B, com larga experiência na implementação de tecnologias de ponta. Em novembro de 2021 venceu, em consórcio com a Unifique, o lote regional do 5G na região Sul. A Ligga será responsável pela implementação do 5G no Paraná. A Companhia possui 100% da rede em fibra ótica, com extensão de 45 mil Km, abrangendo boa parte do território do Paraná, e 2,0 milhão de casas passadas, além de mais de 370 mil assinantes B2C. A operação possui rating A- pela S&P e conta com pacote de garantias composto por cessão fiduciária de recebíveis com volume mínimo de R$ 42,5 milhões por mês, além da cessão fiduciária da conta vinculada aos recebíveis.

TBCR18

A Transbrasiliana é responsável pela administração da concessão do trecho de 321,6 quilômetros da BR-153, entre a divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A BR-153 é a principal ligação do Meio-Norte do Brasil (estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) com a Região geoeconômica Centro-Sul do país. Devido a esse fato e somado ao grande fluxo de veículos, a BR-153 é considerada atualmente como uma das principais rodovias de integração nacional do Brasil. A concessão, que tem prazo de 25 anos iniciado em fevereiro de 2008, faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo Federal e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT. O contrato de concessão é válido até 14 de fevereiro de 2033. A operação conta uma estrutura bastante robusta, que inclui garantias reais relacionadas a operação de uma usina hidroelétrica (Tijoá que administra a Usina Hidroelétrica Três Irmãos). Desta estrutura, merecem destaque os indicadores de alavancagem máxima, ICSD mínimo e travas relacionadas à distribuição de dividendos, redução de capital social, captação de novas dívidas, além do pacote de garantias composto por alienação fiduciária das ações da Transbrasiliana, da Tijoá e da Juno, cessão fiduciária dos recebíveis da Transbrasiliana e dos dividendos da Tijoá e cessão fiduciária de conta vinculada onde serão retidos recebíveis de pedágio correspondentes a próxima parcela de serviço da dívida.

UNEG11

Usina termelétrica a gás, já operacional, instalada no Porto Açu juntamente com um terminal de GNL. Destaca-se como uma das maiores termelétricas do país, com capacidade instalada de 1,3 GW. A companhia vendeu energia no mercado regulado em um PPA de disponibilidade e tem como acionistas os próprios stakeholders do projeto, sendo eles a Prumo Logística (operadora do terminal portuário), BP Investments (fornecedora do GNL | “A” em escala global), Siemens (O&M e fornecedor das turbinas | “A” em escala global), e como investidor estratégico a SPIC Brasil (“A2” em escala global). A emissão contará com as garantias usuais de projeto como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

Descrição dos ativos

ANET11 ANET12

Fundada em 1996 e após a fusão com a Vero em dezembro de 2023, a Americanet é o segundo maior operador de telecom independente do país, com foco em internet por fibra de alta qualidade para clientes residenciais e corporativos. A Companhia possui cerca de 1,4 milhão de clientes residenciais em 425 municípios, além de clientes corporativos localizados em regiões premium com baixa presença de incumbentes (Vivo, TIM e Claro) e alto potencial de crescimento. A rede da Companhia é 100% própria, com padrão "carrier-grade" que é confiável, bem testado e comprovado em suas capacidades. A nova estrutura acionária é composta por uma participação de 36,2% da Vinci Partners, 22,2% da Warburg Pincus, 8,4% de Lincoln Oliveira, 7,1% da Invest Tech e 26,1% distribuídos entre acionistas minoritários. Dessa forma, os antigos acionistas da Vero possuem uma participação de 56% na nova empresa, enquanto os da Americanet possuem os 44% restantes. A operação possui rating A+, pela S&P.

VIMT13

A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, por 30 anos, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do estado. A Companhia foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados. A operação possui rating AA, pela Fitch, e conta com um pacote de garantias (fiança corporativa até o completion físico e financeiro do projeto) a alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e cessão fiduciária das contas do projeto).

HGLB12

Highline é uma fornecedora independente de soluções de infraestrutura para o setor de telecomunicações. Fundada em 2012 pelo fundo do Pátria Investimentos, Infraestrutura P2 Brasil, a companhia desenvolve projetos de infraestrutura para o setor de telecom, acelerando a expansão da rede móvel de seus clientes. O core business é a construção, operação e manutenção de sites para a instalação de antenas de comunicação sem fio, sendo essas: (i) Torres; (ii) Rooftops; (iii) Sistemas Indoor DAS; (iv) Small-cells. A Highline é atual investida da Digital Colony (empresa líder global de investimentos dedicada à infraestrutura digital), em conjunto com a AIMCO (um dos maiores e mais diversificados gestores de investimentos institucionais do Canadá) e a seguradora Allianz. Em conjunto esses três investidores detêm 99% da companhia. No último trimestre de 2020, a Highline concluiu a incorporação da Phoenix Tower, adicionando 2400+ sites em seu portfólio e um portfólio de rede móvel da Oi, adicionando 850 sites. Com as aquisições a companhia atingiu cerca de 4500 sites (1250 antes das aquisições), se consolidando como um dos principais nomes do setor no Brasil. A Companhia possui contratos de e longo prazo firmado com as grandes empresas de telecom, com tarifas reajustáveis por inflação, repasse de custos dos terrenos e amarras com multas previstas em caso de rescisão antecipada. Além disso, a Highline possui bom track record de torres entregues e é tida como inovadora entre as operadoras de telecom. A operação possui pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações e parte dos recebíveis dos contratos de venda da Companhia, além de mecanismo de amortização extraordinária em caso de venda de sites, recebimento de multas em caso de rescisão antecipada de contratos e recebimento de receita de seguros dos ativos da Companhia.

AEAB11

A AES Cajuína é uma subholding controlada integralmente pela AES Brasil, um dos maiores grupos de geração de energia elétrica no país, com 5,2 GW de capacidade instalada em operação. O projeto eólico Cajuína é composto por 5 SPEs, estando localizado no Rio Grande do Norte, possuindo 230 MW de capacidade instalada e gerando energia partir de 39 aerogeradores da Nordex de capacidade de 5.9 MW cada. O fator de capacidade em P50 é de 54% e em P90 é da ordem de 47%. Está localizado em uma região que detém um dos melhores recursos eólicos do país. As SPEs comercializaram energia com a AES Brasil Operações e com a Copel, em PPA's com 101 MWm (92,8% do P90) e 4 MWm (3,7% do P90) de capacidade e prazos de 20 e 13 anos, respectivamente. A operação comercial do parque se deu no 4T23. A operação possui rating AA- pela Fitch, conta com travas relacionadas à celebração de mútuos, de captação de novas dívidas, de redução de capital social, de distribuição de dividendos e manutenção de ICSD mínimo, além de contar com fiança da AES Brasil por todo o prazo da emissão.

CJEN13

O TESC - Terminal de Santa Catarina é um terminal multipropósito com 3 berços de atracação próprios em São Francisco do Sul/SC. Arrendado em 1996, com prazo original de 25 anos, teve o contrato renovado em 2017, por igual período, passando a findar no ano de 2046. Atualmente focado em produtos siderúrgicos e celulose, também opera carga geral e de projeto. A principal atividade é um contrato de take-or-pay com a ArcelorMittal, com prazo de vencimento em 2046. Como contrapartida à renovação antecipada do contrato de arrendamento, a Companhia entregou em 2023 um projeto para implementar estrutura para operação adicional de grãos para exportação, solucionando parte da deficiência da região, e expandindo a diversidade de cargas transportadas no terminal. A Companhia possui como acionistas a BRZ Investimentos (63%), uma das maiores gestoras brasileiras independentes atuantes em ativos alternativos e que possui investimentos em outros portos, com destaque para o Porto de Itapoá, e a Porto Novo (37%), holding não operacional detida por 3 investidores locais pessoas físicas. A operação possui rating A+, pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis e dos direitos emergentes do contrato de arrendamento, alienação fiduciária dos equipamentos atuais e futuros do terminal e estrutura de contas reservas.

Descrição dos ativos

CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO

RATL11

A Concessionária Rota do Atlântico é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como objetivo a administração de 44 km de vias que integram o Sistema Viária ao Complexo Industrial do Suape, localizado no estado de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil. O Contrato de Concessão foi assinado com o Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (Empresa Pública integrante do Governo do Estado de Pernambuco). A concessão se iniciou em novembro de 2011 e tem prazo de 35 anos. A via é utilizada, principalmente, para escoar cargas do Complexo Industrial do Suape, e para locomoção ao trabalho. A Companhia é uma das principais vias rodoviárias do estado de Pernambuco, ligando Recife à Ipojuca e passando por Cabo Santo Agostinho. Sua rodovia está estrategicamente localizada próxima à centros urbanos, complexos industriais e locais turísticos. A operação possui rating AA pela Fitch e conta com pacote de garantias que conta com penhor de 100% das ações da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis da Emissora e da Conta Vinculada e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

HZTC14

A Orizon atua exclusivamente na fase final da cadeia de tratamento de resíduos e na prestação de serviços ambientais para clientes públicos e privados, sendo uma das companhias que mais gera créditos de carbono certificados no país. A Companhia processa o equivalente a 10% do total de resíduos urbanos com correta destinação no Brasil, atendendo aproximadamente 20 milhões de brasileiros por meio de 500 clientes. A Orizon presta serviços de destinação final de resíduos sólidos (lixo) por meio de 15 aterros sanitários já operacionais. Usando os próprios aterros como matéria, detém operação de venda de gás natural, produção de energia, venda de créditos carbono e valorização de resíduos. O mercado é marcado por uma forte geração de caixa e barreiras à entrada. A operação possui rating AA pela S&P e selo verde emitido pela consultoria especializada Sitawi. Além disso, possui pacote de garantias composto por garantia corporativa, alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de recebíveis.

RDB HOLDING

RODB11

A Rodovias do Brasil é uma holding detentora de 85% das ações da Rota das Bandeiras, concessionária responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção nacional, já que liga a região de Campinas, que detém grande produção de equipamentos de informática, com o Vale do Paraíba, que detém o maior polo aeroespacial brasileiro, e com o Porto de São Sebastião no litoral norte, que exporta principalmente veículos, peças, máquinas e equipamentos. O corredor passa também por Paulínia, que abriga a Replan, maior refinaria da Petrobrás. A atuação da concessionária é viabilizada via contrato de concessão assinado em 2009, com prazo de vigência de 30 anos. Ao longo de sua história, a concessionária já investiu mais de R$ 4 bilhões em melhorias e expansões nas rodovias por ela administradas. A Rodovias do Brasil pertence ao Mubadala, um fundo de investimento soberano, que administra um portfólio diversificado de ativos e investimentos nos Emirados Árabes Unidos e no exterior, para gerar retornos financeiros sustentáveis para o seu acionista, o Governo de Abu Dhabi. Atualmente a empresa conta com US$ 276 bilhões que se estendem por seis continentes, vários setores e classes de ativos. A operação possui rating AA pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto por alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora, somado a todos os dividendos e demais distribuições aos acionistas em virtude das ações e cessão fiduciária da conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora, na qual serão depositados recursos correspondentes a todos os lucros, frutos, bonificações, direitos, distribuições e demais valores atribuídos pela CRB à Emissora em decorrência das ações de emissão da CRB e de titularidade da Emissora.

echoenergia

VSJH11

Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos, operacionais desde 2016, e com capacidade instalada de 141 MW. Os ativos estão localizados no estado do Ceará e apresentam longo histórico de geração. A Companhia tem como acionistas a Echoenergia, veículo de investimento em energia renovável da Equatorial. Fundada em 2017, apresenta uma capacidade instalada em operação de 1.200MW, além de outros 573MW em construção. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

MTRJ19

O MetrôRio administra, mantém e opera as Linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro (RJ), além de prestar serviços de operação, manutenção do material rodante, sistemas e infraestrutura para a Linha 4. Ao todo, essas três linhas somam 58 km de extensão, alcançando 41 estações e operando com 64 trens. O metrô da cidade do Rio de Janeiro foi o primeiro concedido à iniciativa privada no Brasil e é o segundo maior metrô do país em extensão de rede e quantidade de passageiros. O MetrôRio é controlado pelo Mubadala, companhia global de investimentos detida pelo governo de Abu Dhabi, que possui investimentos em mais de 50 países e em diversos setores, incluindo infraestrutura, energia, serviços públicos, imóveis, aeroespacial, metais, mineração, óleo e gás, petroquímicos e um portfólio global de holdings financeiras. Em 2023, a Mubadala possuía mais de US$276 bilhões de ativos sob gestão. O MetrôRio possui classificação de rating brAA+, pela agência S&P. A operação conta com as receitas tarifárias, acessórias e demais direitos emergentes do contrato de concessão, presentes ou futuras, dadas em garantia, através de estrutura de contas reservas do serviço da dívida.

Descrição dos ativos

HVSP11

O complexo solar Hélio Valgas, localizado em Várzea de Palma (MG), possui capacidade instalada de 661MWp, entrando em operação em agosto de 2023 sob um contrato de fornecimento de energia de longo prazo (20 anos). O projeto está sendo desenvolvido pela Mercury Renew, subsidiária da Comerc, uma das maiores tradings de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. A empresa tem um portfólio de projetos de energia de 1,7GW de capacidade instalada. Por sua vez, a Comerc conta com uma robusta estrutura acionária, com presença da Vibra Energia, maior distribuidora de combustíveis do país, e a Perfin, renomada gestora de recursos com mais de R$ 29 bilhões sob gestão. O contrato de compra e venda de energia (PPA) foi firmado com a Liasa, uma das maiores produtoras de silício metálico do mundo. Os stakeholders do projeto são empresas líderes e reconhecidas internacionalmente em suas áreas, na qual a Comerc negociou garantias de longo prazo e conseguiu preços competitivos pelo grande pool de fornecedores interessados no projeto, uma vez que é um dos maiores do país no segmento. A operação conta com travas de redução de capital, distribuição de dividendos, novos mútuos/dívidas, piora nas condições dos contratos de venda de energia e pacote de garantias, composto por fiança das SPEs e da Comerc, alienação fiduciária das ações e dos equipamentos da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia e das contas vinculadas ao projeto.

RDVE11

A Rio do Vento Expansão Subholding S.A. (RDVE) é composta por quatro SPEs estabelecidas como produtoras independentes de energia elétrica, mediante a implantação e a exploração de uma central geradora eólica. Os parques eólicos estão localizados nos municípios de São Tomé, de Caiçara do Rio do Vento e de Lajes, todos no estado do Rio Grande do Norte, e totalizam 268,1 MW de capacidade instalada. Os projetos são controlados pela Casa dos Ventos Holding S.A., que detém 80% das ações da RDVE Subholding e é uma das companhias pioneiras e principais investidoras no mercado de energia renovável do Brasil. A Comerc Energia detém, indiretamente, os 20% restantes das ações e é uma das maiores tradings de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. Os parques comercializaram energia no mercado livre, por meio de PPAs que têm duração média de 13,6 anos para o equivalente a 86,6% de sua garantia física líquida, e no ambiente regulado, com duração de vinte anos para o equivalente a 4,0% de sua garantia física líquida, totalizando 90,6%. As contrapartes dos PPAs possuem baixo risco de crédito e são eletrointensivas, tendo sido validadas junto ao banco financiador e submetidas a um processo de análise de crédito. A emissão possui rating AA pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por fiança bancária até a conclusão dos projetos, fiança das SPEs, alienação fiduciária das ações da RDVE e das SPEs, cessão fiduciária de recebíveis e da estrutura de contas da operação e a alienação fiduciária doa aerogeradores das SPEs.

RAHD11

O complexo solar Santa Luzia I, localizado no município de Santa Luzia (PB), possuirá capacidade instalada de 406 MWp, sendo um dos maiores projetos fotovoltaicos do estado. Está sendo desenvolvido pela Rio Alto Energias Renováveis, companhia pioneira no segmento solar brasileiro, tendo participado dos primeiros leilões de energia dessa matriz energética no Brasil em 2014 e 2015. A companhia possui experiência com energia solar na Paraíba, estando seu primeiro projeto, Coremas, plenamente operacional, o que corresponde a 250 MWp já construídos. Os contratos de compra e venda de energia (PPAs) de Santa Luzia foram firmados com contrapartes com baixo risco de crédito, como Raízen, Furnas, Enel e leilões no ambiente regulado, correspondendo a 80% da garantia física. A perspectiva de geração é positiva em função da qualidade dos stakeholders envolvidos e da proximidade da planta de geração com a subestação de conexão ao Sistema Integrado Nacional, o que deve contribuir para um ganho de eficiência. A operação conta com fiança prestada pelas SPEs que compõem o complexo, garantias de projetos como alienação fiduciária de equipamentos, PPAs e recebíveis de 4 SPEs, além de conta reserva de O&M e conta reserva correspondente ao serviço da dívida.

VERO12

Fundada em 2019, após a fusão de oito ISP's independentes de fibra ótica do interior de Minas Gerais, a Vero é a quinta maior empresa do país e a segunda maior ISP em número de acessos de banda larga fixa, com foco em internet por fibra de alta qualidade para clientes residenciais e corporativos. A Companhia, após a fusão com a Americanet, possui cerca de 1,4 milhão de clientes residenciais em 425 municípios, além de clientes corporativos localizados em regiões premium com baixa presença de incumbentes (Vivo, TIM e Claro) e alto potencial de crescimento. A rede da Companhia é 100% própria, com padrão "carrier-grade" que é confiável, bem testado e comprovado em suas capacidades. A nova estrutura acionária é composta por uma participação de 36,2% da Vinci Partners, 22,2% da Warburg Pincus, 8,4% de Lincoln Oliveira, 7,1% da Invest Tech e 26,1% distribuídos entre acionistas minoritários. Dessa forma, os antigos acionistas da Vero possuem uma participação de 56% na nova empresa, enquanto os da Americanet possuem os 44% restantes. A operação possui rating A+, pela S&P.

Descrição dos ativos

HARG11

A Holding do Araguaia, empresa na qual a Ecorodovias detém 65% e a GLP detém 35% de participação (Consórcio Eco 153), possui 100% do capital da Ecovias do Araguaia. A Ecovias do Araguaia é responsável pela exploração por 35 anos, prorrogáveis por mais 5 anos, do sistema rodoviário composto por 840,7 Km BR-153/414/080/TO/GO. O trecho leiloado é a principal ligação dos estados do Tocantins, do Maranhão, do Pará e do Amapá com o centro-sul do país. O leilão foi vencido pelo Consórcio Eco 153 em abril de 2021 e o contrato de concessão foi assinado em outubro de 2021. A Ecorodovias é a maior operadora de concessões rodoviárias do Brasil em termos de quilômetros administrados, com 4.700 quilômetros sob gestão. A GLP é líder global em gestão de investimentos e negócios em logística, real estate, infraestrutura, finanças e tecnologias relacionadas. Possui operação no Brasil, China, Europa, Índia, Japão e EUA com US$ 128 bilhões de ativos de real estate e fundos de private equity sob gestão. A operação possui rating AAA, pela S&P e possui como garantias a fiança da Ecorodovias, a alienação fiduciária das ações, a cessão fiduciária dos dividendos pagos e a cessão fiduciária de conta vinculada da Companhia.

CBAN32 CBAN72

A Rota das Bandeiras é a concessionária responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção nacional, já que liga a região de Campinas, que detém grande produção de equipamentos de informática, com o Vale do Paraíba, que detém o maior polo aeroespacial brasileiro, e com o Porto de São Sebastião no litoral norte, que exporta principalmente veículos, peças, máquinas e equipamentos. O corredor passa também por Paulínia, que abriga a Replan, maior refinaria da Petrobrás. A atuação da concessionária é viabilizada via contrato de concessão assinado em 2009, com prazo de vigência de 30 anos. Ao longo de sua história, a concessionária já investiu mais de R$ 4 bilhões em melhorias e expansões nas rodovias por ela administradas. A Rodovias do Brasil pertence ao Mubadala, um fundo de investimento soberano, que administra um portfólio diversificado de ativos e investimentos nos Emirados Árabes Unidos e no exterior, para gerar retornos financeiros sustentáveis para o seu acionista, o Governo de Abu Dhabi. Atualmente a empresa conta com US$ 276 bilhões que se estendem por seis continentes, vários setores e classes de ativos. A Companhia possui rating AAA, pela Fitch.

VRDN12

A ViaRondon administra o trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300), via contrato de concessão assinado em maio de 2009 junto à ARTESP, durante a 2ª etapa do programa de concessões rodoviárias do estado de São Paulo. A Companhia é responsável pela administração de 416,8km de extensão, sendo 331,2km da própria SP-300 e 85,6km das rodovias de acesso cortando 25 municípios do oeste paulista e contando com oito praças de pedágio bidirecional. É importante rota de ligação do estado de São Paulo com o estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Três Lagoas, e rota para Campo Grande. Ela liga as regiões agrícolas do Centro Oeste brasileiro, os centros consumidores do Sudeste e o Porto de Santos. A ViaRondon é controlada pela BRVias que tem o FIP Volluto (50,1% de participação) e o grupo Splice como acionistas (49,9% de participação). A operação possui rating AA-, pela Fitch e possui como garantias a cessão fiduciária de recebíveis da concessão, alienação fiduciária das ações da Companhia e fiança dos acionistas.

CLTM14

A Companhia é a responsável pela exploração e aquisição do material rodante das Linhas 8 – Diamante e Linha 9 – Esmeralda da rede de trens metropolitanos de São Paulo, que possuem extensão de 78,9 Km. A Linha 8 – Diamante conta com 22 estações ao longo de 41,6 quilômetros de extensão, cortando seis municípios, ligando Júlio Prestes (São Paulo) a Amador Bueno (Itapevi) e a Linha 9 – Esmeralda conta com 18 estações ao longo de 32,5 quilômetros de extensão, interliga o extremo sul da capital ao município de Osasco. O contrato de concessão foi assinado em 30 de junho de 2021 com o Estado de São Paulo e com interveniência da Companhia Paulista de Trens Metropolitano (CPTM). A concessão tem prazo de 30 anos, contados a partir da data da emissão de ordem de início da operação comercial das Linhas: 8 – Diamante e 9 - Esmeralda, que ocorreu em 27 de janeiro de 2022. O contrato de concessão contempla investimentos para operação, conservação, manutenção, modernização e ampliação das instalações existentes, além de aquisição de material rodante (trens) ao longo dessas três décadas. A Companhia foi constituída via consórcio formado por 80% da CCR, maior empresa da América Latina de infraestrutura em mobilidade e 20% da RuasInvest, holding com participação em empresas de infraestrutura e de transporte. A operação possui rating AA pela Moody's e conta com pacote de garantias composto por fiança não solidária dos acionistas caso haja o término antecipado do contrato de concessão, alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária de direitos creditórios, contrato de suporte de acionistas, contrato de administração de contas e cessão condicional dos contratos do projeto.

SABP12

A Rio+ Saneamento é uma das 3 vencedoras do leilão de privatização da CEDAE, assumindo a responsabilidade pela prestação regionalizada dos serviços de saneamento no Bloco 3. A Companhia iniciou as operações em agosto de 2022, após ter vencido o leilão ocorrido em março do mesmo ano, mediante um contrato de concessão de 35 anos e uma outorga de R$ 2,2 bilhões. A área de atuação é composta por 18 municípios no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo também 24 bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, atendendo 2,6 milhões de habitantes. 80% dos clientes da Rio+ estão na Zona Oeste do Rio, porém são atendidos apenas em distribuição de água. O serviço de esgoto é oferecido por outra empresa, coincidentemente do mesmo acionista controlador da Rio+, o Grupo Águas do Brasil. O grupo de controle acionário da Rio+ Saneamento é composto pela Águas do Brasil, com 60% e pela Vinci Partners, com 40%. A operação possui rating AAA pela Fitch.

Descrição dos ativos

ARTRA5

A Arteris é uma das maiores empresas no setor de concessões rodoviárias do Brasil em termos de Km administrados, com 3,2 mil Km de rodovias, que interligam o principal polo econômico do País - situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina - caracterizado por sua elevada densidade demográfica. Após o término dos contratos da Autovias, da ViaNorte e da Centrovias, a Companhia possui 7 concessões rodoviárias, sendo 5 federais e 2 no estado de São Paulo. A Arteris é controlada pela Participes en Brasil, sociedade detida pela Brookfield, com 49% e pela Abertis, com 51%, e que possui 82,3% do capital social da Companhia. Os demais 17,7% pertencem à Brookfield que, portanto, possui direta e indiretamente 58% de participação na Companhia, enquanto a Abertis possui 42%. A operação possui rating AA+ pela S&P.

COMR16

Tendo iniciado suas atividades em 2001, a Comerc atua como uma plataforma integrada de soluções renováveis em energia e descarbonização. A Companhia detém um portfólio de usinas em operação e em implantação que a posiciona como uma das maiores empresas de geração renovável do Brasil, além de ser a terceira maior comercializadora de energia do país e líder em gestão de energia para consumidores no Mercado Livre de energia no Brasil. O Grupo Comerc é dividido em quatro verticais de negócios: (i) Geração Centralizada: Geração em larga escala de energia solar e eólica e posterior comercialização dessa energia principalmente no Mercado Livre. (ii) Geração Distribuída: Geração de energia solar em usinas de até 5 MWp, gestão de engenharia e das operações dos projetos das usinas, gestão comercial e arrendamento de unidades geradoras para consórcios e cooperativas. (iii) Trading: Comercialização de energia e oferta de produtos customizados no Mercado Livre. (iv) Soluções em Energia: Assessoria no desenho da estratégia de compra de energia e representação dos clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), soluções de eficiência energética, soluções no mercado livre de gás natural, gestão de geradores, serviços de telemetria utilizando IoT e baterias. Em 2021, ocorreu a fusão com a Perfin e o aporte da Vibra, formando dois blocos de acionistas com 50% da participação na Companhia cada.

SERI11

A Serra do Seridó 2 controla seis SPEs autorizadas pela Aneel e estabelecidas como produtoras independentes de energia elétrica, mediante implantação e exploração de uma central geradora eólica. Os parques eólicos estão localizados nos municípios de Junco do Seridó (Paraíba) e totalizam 237,8 MW de capacidade instalada. Os parques comercializaram 85 MWm de 2024 a 2039 no mercado livre, por meio de PPAs com duração média de 15 anos, para o equivalente a 73,4% do P-90 de um ano certificado. Os projetos são controlados pela EDF EN do Brasil Participações Ltda. (EDF Participações), que possui 100% do capital social da Serra do Seridó 2. O Grupo EDF possui o governo francês como único acionista e é uma das maiores empresas do setor de energia globalmente. A operação possui rating AA+ pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por fiança bancária até o completion do projeto, alienação fiduciária de ações, alienação fiduciária de equipamentos e cessão fiduciária de direitos creditórios.

ALGTA4

A Algar Telecom S.A. é uma prestadora de serviços de telecomunicações sobre fibra de escala nacional, com cerca de 197 mil clientes corporativos (B2B) e 1,1 milhão de clientes de varejo (B2C). Possui uma robusta infraestrutura de fibra óptica, suportada por uma rede de mais de 137 mil km, que proporciona a cobertura dos principais centros econômicos do Brasil, em 372 cidades de 16 estados e do Distrito Federal. Além das soluções de conectividade, a Companhia também presta serviços de dados móveis, voz e de TI, que vão desde cibersegurança a armazenamento de dados na nuvem. Além disso, em 2021, a Algar arrematou um conjunto de lotes regionais no leilão do 5G, em áreas originais de atuação da empresa em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Apesar do maior número de clientes na modalidade B2C, a Algar foca especialmente no atendimento e expansão da frente B2B, que oferece um ticket médio mais elevado e constitui 68% da receita líquida de serviços da Companhia atualmente. A Algar possui rating AA+, atribuído pela S&P.

APFD19

A Autopista Fernão Dias administra o trecho da BR-381 que liga São Paulo a Belo Horizonte e corta as cidades de Atibaia, Bragança Paulista, Guarulhos, Mairiporã, São Paulo e Vargem, no Estado de São Paulo; e Betim, Brumadinho, Camanducaia, Cambuí, Campanha, Careaçu, Carmo da Cachoeira, Carmópolis de Minas, Contagem, Estiva, Extrema, Igarapé, Itaguara, Itapeva, Itatiaiuçu, Lavras, Nepomuceno, Oliveira, Perdões, Pouso Alegre, Ribeirão Vermelho, Rio Manso, Santo Antônio do Amparo, São Gonçalo do Sapucaí, São Joaquim de Bicas, São S. da Bela Vista, Três Corações, no Estado de Minas Gerais. A Rodovia possui 562,1 km de extensão, sendo 100% em pista dupla ou com terceira faixa. A Rodovia Fernão Dias tem um papel importante na rede rodoviária brasileira, pois faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes polos econômicos da região Sudeste e possui volumes mais altos de tráfego nas proximidades das grandes cidades. A operação possui rating AAA pela S&P e conta com pacote de garantias composto de fiança da Arteris, alienação fiduciárias das ações e cessão fiduciária dos recebíveis.

Descrição dos ativos

BRST11

Fundada há 26 anos, a Brisanet é uma das maiores empresa brasileira entre os provedores independentes de serviços de internet no Brasil e líder em banda larga fixa na região Nordeste. A Companhia atua em todos os noves estados da região Nordeste fornecendo serviços de banda larga fixa por meio de fibra óptica em 158 cidades. Com um portfólio de produtos praticamente 100% em fibra óptica e atuação focada na região Nordeste do país, a Companhia é desde dezembro de 2021 uma das operadoras regionais móveis de 5G, tendo arrematado 3 frequências no leilão de 5G promovido pela Anatel. A Companhia poderá operar no Nordeste e no Centro-Oeste do país. Em julho de 2021, a Companhia realizou sua oferta pública inicial de ações (IPO), numa transação que movimentou R$ 1,25 bilhão. A Companhia é controlada pelo fundador e CEO José Roberto Nogueira. A operação possui rating A+ pela S&P e conta com pacote de garantias composto por (i) fiança das empresas operacionais do grupo e dos acionistas PFs e (ii) cessão fiduciária de recebíveis equivalente a 40% dos recebíveis totais da companhia, ou R$ 40 milhões, dos dois o maior, transitando mensalmente na conta vinculada. Sendo que será retido na conta vinculada o valor mínimo referente a 1/6 (16,7%) da próxima PMT da operação.

POTE11 e POTE12

A Potengi Holdings é composta por 4 SPE's, estando localizado no Rio Grande do Norte, possuindo 165,30 MW de capacidade instalada e gerando energia partir de 29 aerogeradores da Nordex de capacidade de 5.7 MW cada. Da capacidade instalada, 91,2 MW está localizada no Complexo Eólico Cajuína I e 74,1 MW está localizada no Complexo Eólico Cajuína II. O fator de capacidade em P50 é de 54% e em P90 é da ordem de 48%. Está localizado em uma região que detém um dos melhores recursos eólicos do país. As SPEs comercializaram energia com a BRF, em PPA com 80 MWm (99% do P90) de capacidade e prazo de 15 anos. A companhia é uma joint venture da AES Brasil com a BRF. A operação possui rating AA pela Fitch e conta com fiança da AES Brasil (76%) e da BRF (24%).

QUAT13

Com mais de 75 anos de história, a Zilor é uma das principais empresas do setor sucroenergético do Brasil. A companhia possui capacidade de processamento de aproximadamente 12,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, divididas entre suas 3 unidades industriais localizadas no Estado de São Paulo. Um diferencial importante da Zilor é o fato de ser a maior associada da Copersucar, a maior comercializadora de açúcar e etanol do mundo. Além disso, a Zilor possui a Biorigin, uma unidade de negócios especializada na fabricação de produtos feitos a partir de levedura para aplicação em alimentos humanos e animais. Nos 12 meses encerrados em dezembro de 2023, a Zilor registrou um faturamento de R$ 3,5 bilhões, um EBITDA de R$ 1,0 bilhão e uma alavancagem medida pelo indicador Dívida Líquida / EBITDA de 1,8x. A companhia possui um rating A, com perspectiva estável, pela Fitch.

RISP12

A Águas do Rio possui 2 blocos de concessão de saneamento no Estado do Rio de Janeiro (prazo de 35 anos, atende 10,3 milhões de habitantes e tem 8,5 mil funcionários). A Águas do Rio obteve os 2 blocos em abril de 2021, em leilão da CEDAE (Cia Estadual de Águas e Esgoto do RJ), por R$ 15,4 bilhões. As operações das concessões se iniciaram em novembro de 2021. Os blocos compram, da CEDAE, quase toda água distribuída aos clientes, via contrato na modalidade take-or-pay por 3 anos). O Bloco 1 produz cerca de 15% da água que distribui e o Bloco 4, zero. O investimento total previsto para alcançar essas metas é de R$ 24,4 bilhões, sendo R$ 8,3 bilhões no Bloco 1 e R$ 16,1 bilhões no Bloco 4 (base dez/2019), com 80% do valor concentrado nos primeiros 12 anos de operação. A Companhia possui em sua estrutura acionária: Grupo AEGEA (52%), Equipav (34%), GIC - Fundo Soberano de Cingapura (9%) e Itaúsa (5%). A operação possui rating AA+ pela S&P e conta com pacote de garantias.

ENAT14

A Enauta foi fundada em 1981 como uma empresa especializada em atividades de perfuração de poços de petróleo. A atividade de exploração e produção se iniciou em 1998 com a aquisição de três blocos exploratórios em leilões de farm-out organizados pela Petrobras. A exploração bem-sucedida de um dos blocos deu origem ao Campo de Manati, ativo produtivo da Enauta desde 2007. Atualmente, o portfólio completo da Enauta é formado por 21 blocos exploratórios e de produção em 7 bacias ao longo da costa do país. Além do Campo de Manati, a Enauta possui um outro ativo produtivo que é o Campo de Atlanta, localizado em águas profundas na Bacia de Santos, no qual a companhia possui 100% de participação. A produção líquida da Enauta nesses 2 campos foi de 25,5 mil boe/d no 1T24. A companhia é listada na B3 desde 2011 e atualmente possui uma market cap de R$ 5,9 bilhões. A emissão possui rating BBB+ pela S&P.

Descrição dos ativos

FBRI13

Constituída em março de 2020, a partir da transferência de ativos da Vivo em 34 cidades e aporte de capital de R$ 205 milhões do fundo CDPQ ao longo de 2021, a Fibrasil é uma provedora de infraestrutura de fibra ótica, por meio do aluguel de sua rede neutra. Ao final de 2023, a Companhia possuía 4,6 milhões de domicílios conectados à sua rede de infraestrutura de fibra ótica, distribuídos em 151 cidades em 22 estados brasileiros. Seu modelo de negócios baseado em rede neutra permite com que vários clientes contratem sua infraestrutura. Dessa forma, seus clientes conseguem ter acesso a escala e a capilaridade de sua rede, permitindo-lhes focar no serviço de relacionamento com o cliente final. Possui um contrato âncora com a Vivo, firmado em 2021, pelo prazo de 10 anos, renovável por mais 5 anos, que garante uma exclusividade de 6 meses do início de operação em cada cidade e uma receita mínima com base no nível de ocupação. Encerrou o ano de 2023 com 625,5 mil clientes finais e 42 tenants conectados. Atualmente, a Fibrasil é uma sociedade por ações de capital fechado controlada pelo CDPQ e o grupo Telefônica, que possuem 50% de participação cada um. A operação possui rating AA- pela Moody's.

IRJS15

A Iguá Rio opera a concessão de saneamento decorrente do leilão do Bloco 2 da CEDAE, com duração de 35 anos, vencido em abril de 2021. A concessão abrange uma população de 1,2 milhão de habitantes em áreas de alto poder aquisitivo do Rio de Janeiro (Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio), representando mais de 95% da receita, além de outros 2 municípios. A concessão tem perfil maduro, com altos índices de cobertura de água (95%) e esgoto (84%), atendendo um público premium, composto principalmente por grandes condomínios, que geram a maior parte da receita (6% das conexões representam 2/3 do faturamento), e apresenta baixos níveis de inadimplência em comparação a média do Estado. Devido ao perfil maduro e aos altos índices de cobertura, os investimentos necessários na concessão são relativamente baixos, totalizando cerca de R$2,2 bilhões ao longo da concessão, com aprox. R$300mm anuais nos primeiros anos. Os investimentos incluem principalmente aumento da cobertura e obras de baixa complexidade. A Companhia representa cerca de 60% da receita da Iguá Saneamento, uma das maiores empresas privadas de saneamento do país, com um portfólio de 15 concessões e 3 PPPs no setor. A Iguá conta com forte suporte de acionistas de destaque, como CPP (Canada Pension Plan Investments), AIMco (Alberta Investment Management Corp.), BNDESPar e IG4 Capital, que investiram cerca de R$3,4 bilhões na empresa nos últimos 5 anos. A operação possui rating AAA pela S&P e conta com pacote de garantias.

CESE32

A CELSEPAR tem como principal ativo operacional a UTE Porto de Sergipe I, uma usina termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade instalada de 1.593 MW, localizada em Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe, na região Nordeste do país, operacional desde março de 2020. A Usina está integralmente contratada no ambiente regulado até dezembro de 2044, fazendo jus a uma receita fixa anual de R$ 1,9 bilhão (data-base: novembro de 2021), indexada ao IPCA, acrescida de receita variável equivalente a R$ 406,2/MWh (data-base: junho de 2022), indexada ao Petróleo Brent, conforme os termos do contrato de suprimento de gás. A UTE Porto de Sergipe I é suprida através de uma Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU), que permanecerá afretada à Usina até 2044, com capacidade de até 21 MM m³/dia, dos quais aproximadamente 6 MM m³/dia estão dedicados a UTE Porto de Sergipe I. Pertence ao portfólio da Eneva, empresa integrada de energia, com negócios complementares em geração de energia elétrica e exploração & produção de hidrocarbonetos no Brasil, sendo a maior operadora privada de gás natural do país. A operação possui rating AAA pela S&P e possui fiança da Eneva.

VBMT12

A MT 246 é uma SPE que tem como objetivo operação e manutenção de um trecho de 233 km que liga Jangada (MT) a Tangará da Serra (MT). Os 233,20 Km da concessão são formados por trechos das rodovias estaduais MT 246, MT 343, MT 358 e o Contorno Norte de Tangará da Serra, que estão localizadas na região sudoeste do Mato Grosso. O contrato de concessão nº 007/2021 foi assinado em 2021 e possui duração de trinta anos. O início da cobrança de pedágio ocorreu em agosto de 2022. O tráfego é prioritariamente de veículos pesados, que escoam a produção regional agrícola para os portos, além de abastecer a região com fertilizantes e demais insumos importados. O plano de investimentos compreende recuperação do pavimento, implantação de faixas de acostamento e acessos, além de duplicação de trechos da rodovia. A concessionária também deve cumprir indicadores de performance e qualidade, a serem atestados por um verificador independente. A operação possui rating AA+ pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora, bem como os demais direitos acessórios das ações, e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Descrição dos ativos

ERDVB4

A Ecorodovias tem foco no mercado brasileiro de concessões rodoviárias, sendo o maior operador de concessões rodoviárias do Brasil em termos de quilômetros administrados, com 4.700 quilômetros sob gestão. A Companhia faz parte do Gruppo Gavio, referência mundial em concessões rodoviárias e construção civil, que por meio da Igli do Brasil Participações Ltda. ("Igli Brasil") co-controla a Companhia sendo, o 2º maior grupo operador de concessões rodoviárias no mundo. Atualmente, as atividades da Companhia incluem onze concessões rodoviárias em operação, localizadas em oito estados, um ativo portuário localizado no Porto de Santos (Ecoporto), que contribui para as exportações brasileiras, além de um ativo logístico (Ecopátio), que ajuda a organizar o fluxo de entrada no Porto de Santos. A Companhia possui rating AAA pela S&P.

CAEC21

Criada em 1971, a Cagece atua em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário em 152 dos 184 municípios no Estado do Ceará divididos em três microrregiões (Centro Norte, Centro Sul e Oeste). A Companhia atende, atualmente, aproximadamente 5,6 milhões de habitantes via contratos de prestação de serviços, cujos prazos finais foram prorrogados até 2055, após aprovação dos colegiados das três microrregiões em 2021. Os 10 maiores contratos são responsáveis por 76% do faturamento da Companhia, sendo que o município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, representa 55,5%. A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) é uma sociedade de economia mista cujo controle acionário é exercido pelo Governo do Estado do Ceará, com participação de 88,36% no capital total, sendo que a prefeitura de Fortaleza detém 11,63%. Possui rating AA- pela Fitch.



inter asset

Contato
ri@interasset.com.br

Site
Clique aqui.

Disclaimer

Pretende-se com este material apenas divulgar informações e dar transparência à gestão executada pela Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. não significando oferta de compra ou venda de cotas do fundo. As informações contidas nesse material estão em consonância com o regulamento, porém não o substituem. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo, bem como das disposições acerca dos fatores de risco a que o fundo está exposto. Antes de tomar uma decisão de investimento de recursos no fundo, os investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar, cuidadosamente, todas as informações disponíveis no prospecto e no regulamento do fundo. O mercado secundário para negociação de cotas de fundos de investimento de infraestrutura listado pode apresentar baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das cotas que permita aos cotistas sua alienação, caso estes decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, os cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas no mercado secundário, ou obter preços reduzidos na venda de suas cotas. Adicionalmente, os fundos de investimento de infraestrutura listados são constituídos sob a forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate a qualquer tempo de suas cotas. O investimento do fundo de investimento de que trata este material apresenta riscos para o investidor. Ainda que a instituição administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O fundo de investimento de que trata este material não conta com garantia da instituição administradora, do gestor, do custodiante, de quaisquer outros terceiros, de mecanismos de seguro ou fundo garantidores de crédito - FGC. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo poderão ser obtidos com o Administrador e o Gestor, através dos e-mails: ri.fii@interdtvm.com.br e ri@interasset.com.br

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Patrimônio